

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO**

REFERÊNCIA: **PARECER PARA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO.**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 035/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2025

PARECER:

**ADMINISTRATIVO. NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. PREGÃO ELETRÔNICO. FUNDAMENTADA NA LEI Nº. 14.133/2021. CABIMENTO PELA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO.**

DA DECISÃO:

**REGULAR PROCEDIMENTO DO FEITO.**

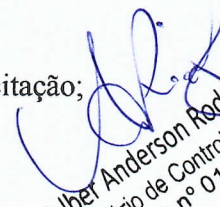
No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, da Lei Municipal nº 767/2009 que institui o Sistema Integrado de Controle Interno do Município que Cria a Secretaria Geral de Controle Interno, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno referentes ao exercício do controle prévio concomitante dos atos de gestão e visando orientar o Administrador Público.

Expedimos, a seguir, nossas considerações.

Vem ao exame deste Controle Interno requisição de parecer técnico acerca da admissibilidade do procedimento administrativo para **Contratação de empresa especializada em Serviços Técnicos de Assessoria e Consultoria, em Monitoramento, Elaboração e Atendimento de Prestação de Contas – Sistemas WEB e/ou Físico de Convênios, Financiamentos, Termos de Adesão e Termos de Compromissos, firmados com diversos Ministérios, Secretarias e Órgãos na Esfera Estadual e/ou Federal, com a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS / FMAS e a Prefeitura Municipal de Brejão/PE,** por meio de Pregão Eletrônico, como prevê o art. 28, I, da Lei nº. 14.133/2021, seguindo o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da mesma Lei Federal.

Os autos vieram instruídos com os seguintes documentos à presente análise:

1. Termo de Autuação de Processo Licitatório;
2. Comunicações Internas de documentos pertinentes à Licitação;
3. Documento de Formalização da Demanda – DFD;



**Valber Anderson Rodrigues**  
Secretário de Controle Interno  
Portaria nº 010/2025







4. Estudo Técnico Preliminar - ETP;
5. Mapa de Análise de Risco;
6. Termo de Referência;
7. Quadro Auxiliar de Detalhamento da Despesa;
8. Parecer Jurídico;
9. Declarações e Certidões.

Sabe-se que o Parecer do Controle Interno em Processos Licitatórios refere-se ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão, além de cumprir a função da análise do procedimento, bem como, os pressupostos formais materiais, ou seja, avaliar a compatibilidade dos autos administrativos produzidos no processo com o sistema jurídico vigente.

Urge informar que a veracidade das informações e documentações ora apresentadas são de inteira responsabilidade dos contraentes, aos quais advirto acerca da possibilidade de aplicação de sanções políticas, administrativas, civis e penais para os casos de malversação da verba pública, decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa, previstos em Lei Federal.

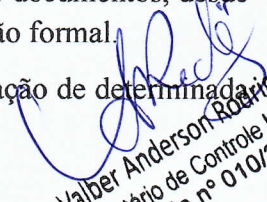
A padronização nos procedimentos licitatórios é fator crucial para otimizar a transparência das contratações públicas visando a garantia de que os processos sejam realizados de forma uniforme, facilitando, inclusive o controle, e as fiscalizações que são comumente realizadas pelos órgãos de controle externo, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Não é ocioso lembrar que o art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133/2021 define, em licitação na modalidade pregão, o “pregoeiro” como agente responsável por conduzir o certame, incluindo a instrução processual e as decisões que não sejam de competência exclusiva de outras autoridades. Cabe a esse agente acompanhar o trâmite da licitação, tomar decisões e impulsionar o procedimento.

De modo geral, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que os membros da Equipe de Apoio atuam como auxiliares do agente de contratação. Contudo, a responsabilidade principal pela assinatura de documentos — especialmente os de natureza interna e de apoio à gestão — permanece com o agente. A Equipe de Apoio pode, eventualmente, assinar documentos, desde que esteja agindo em nome do agente de contratação ou mediante delegação formal.

Desta forma, a discricionariedade e conveniência da realização de determinadas contratações fica a cargo do Gestor Público.

É que merece ser relatado. OPINO.

  
Valber Anderson Rodrigues  
Secretário de Controle Interno  
Portaria nº 010/2025





061  
Damp

Com referência ao presente processo licitatório, busca-se a **Contratação de empresa especializada em Serviços Técnicos de Assessoria e Consultoria, em Monitoramento, Elaboração e Atendimento de Prestação de Contas – Sistemas WEB e/ou Físico de Convênios, Financiamentos, Termos de Adesão e Termos de Compromissos, firmados com diversos Ministérios, Secretarias e Órgãos na Esfera Estadual e/ou Federal, com a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS / FMAS e a Prefeitura Municipal de Brejão/PE**, cuja justificativa encontra-se no Documento de Formalização de Demanda, elaborado para atender a Prefeitura Municipal de Brejão-PE e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, conforme consta nos autos.

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS/FMAS) e a Prefeitura Municipal de Brejão/PE firmam diversos instrumentos jurídicos, tais como convênios, termos de compromisso, termos de adesão e financiamentos, com órgãos estaduais e federais, visando a implementação de políticas públicas e projetos sociais essenciais para o desenvolvimento do município.

Diante da complexidade das normas legais (como a Lei nº 14.064/2020, Decreto nº 10.426/2020, Portaria Interministerial CGU/MF/ME nº 507/2011 e demais legislações aplicáveis), a exigência de transparência e conformidade na prestação de contas e a necessidade de evitar sanções, inadimplências ou bloqueios de repasses, justifica-se a contratação de uma empresa especializada em assessoria técnica e consultoria para garantir Conformidade Legal e Redução de Riscos, Otimização de Processos e Eficiência Administrativa, Transparência e Fortalecimento da Gestão Pública, Expertise Técnica e Suporte Especializado.

A contratação de uma empresa especializada não apenas assegura o cumprimento das obrigações legais, mas também otimiza recursos, evita passivos e fortalece a gestão municipal, garantindo que os recursos destinados às políticas públicas de assistência social sejam aplicados com eficiência, transparência e responsabilidade.

O artigo 72 da Lei Federal 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento do processo de contratação direta, conforme abaixo transcrito:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de





habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Ante o exposto, obedecidas as demais regras contidas nos artigos 72 e 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, Lei Federal nº 12.846/2013, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decretos Municipais nº 004/2024, 034/2025. Manifesta-se, portanto pela continuidade do processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico.

Salvo melhor Juízo. É o PARECER.

Brejão-PE, 25 de julho de 2025.



**VALBER ANDERSON RODRIGUES**  
Secretário Municipal de Controle Interno  
Portaria nº 010/2025

Valber Anderson Rodrigues  
Secretário de Controle Interno  
Portaria nº 010/2025

